

Ideologia e ciência. Ciência e ideologia. Vasto tema.

A Historiografia científica vai conformando a modelos, determinados, primeiro, e determinadores, em seguida, realidades tornadas consecutivas. Até que algo põe em causa o sistema, e porventura o mesmo método que permitiu constituir-lo. Haveria que aproveitar semelhante e luminosa oportunidade.

### TEXTO

1. Apresentar-vos-ei, na devida altura, alguns mapas, antigos o bastante, de Macau.

Apoiado neles, buscarei esboçar aquilo que apelidei de "especificidades de origem". Lembro, entretanto, alguns factos essenciais.

O estabelecimento dos portugueses na orla do Celeste Império assenta num equívoco, assumido com prudência e presunção, pelos protagonistas em presença: Portugal e a China.

Tanto um como a outra visavam objectivos diferentes (para não dizer diversos) dos consignados nos acordos ou seja, para Portugal tratava-se de penetrar na China através de todos os meios possíveis e imagináveis, aproveitar ao máximo das suas riquezas, ocupando, de uma ou outra maneira, posições de poder. Explícite-se que a "frente portuguesa" não saberia aparecer unida, num sentido moderno das coisas. Nem a época, aliás, o permitiria. O que, mesmo assim, não obstaria a um sentido unificador dos esforços de penetração e apropriação, a despeito de conflitos ou tensões.

Por detrás de Portugal, da Europa se tratava que, para além da conflictualidade interna, buscava já - sem o saber - a unificação na Casa Comum do imperialismo capitalista.

Proveito e poder motivavam outrossim a China que, no seu etnocentrismo exacerbado, dava conta assaz de se encontrar perante uma potência maior, incalculável no seu devir - noção esta, a de devir, repugnante, porventura, à idiossincrasia sinica, ainda que sagaz para a pressentir, ou a temer.

Escrevemos, **temer**. O encontro de Portugal e da China é o encontro de dois temores - e de duas esperanças. Macau constitui-se como o abcesso de fixação de tais sentimentos.

... Numa situação como esta, impossível apareceria um procedimento similar ao adoptado noutras paragens, próximas de resto. Tratar-se-ia, tão só de assegurar (sem configurar ou tipificar) um território, uma base de acesso, colocando-lhe marcações, que abrigassem utilidades, a proteger mais tarde pelas armas, sob o signo, sempre, da fraca institucionalização.

Como se traduz isto no terreno?

Por uma ocupação ocasional e pouco intencional, extensiva por contiguidade e solidariedade.

Apenas a força - sinónimo institucional, ainda que em "regime baixo" - se comporta de acordo com regras técnicas e simbólicas: as fortalezas e as igrejas.

Mas onde não poderia existir algum sistema, tão pouco estas o determinariam, limitando-se a enquadrar o existente e assegurando a prossecução, no equívoco político e económico, do projecto irrecusável embora inexpresso.

2. Quais teriam sido, entretanto, os modelos portugueses de implantação na área de aquilo a que chamariam de "Império do Oriente"?

Sumariemos, com brevidade.

As primeiras - e durante longo tempo - implantações urbanas dos portugueses no Oriente caracterizam-se por um extremo pragmatismo, prolongamento quase, em aparência, de uma medievalidade vigente em pleno na matéria em causa.

Explicitemos.

Os modelos que transportavam os navegadores e conquistadores desde Portugal, nos domínios da arquitectura e do urbanismo, apareciam como os de uma Idade Média resistente, quais eram os do mundo que os rodeava, onde as especulações e realizações italianas se desconheciam e, por consequência, se não praticavam. Poderemos, apenas, abrir, de certo modo, uma excepção no tocante à arquitectura ou engenharia militares as quais, com propriedade se pode dizer aqui, **dada a força das circunstâncias**, se regiam pelas normas mais avançadas da época.

Fica a curiosidade de se saber como se pôde conhecer certas coisas e ignorar outras, ou talvez, talvez, prezar algumas coisas e desdenhar outras,



provindas, ainda assim, de um mesmo contexto cultural, no mais amplo sentido da expressão.

Haveria, contudo, algo a acrescentar, como explicação do fenómeno.

Nas terras visitadas pelos navegadores, a Oriente, não se apresentavam, no geral, e a despeito de notadas diferenças ou "exotismos", estruturas urbanas ou sistemas gregários, para lhes darmos este nome, antipáticas ou incompreensíveis aos recém-vindos estrangeiros. Uma certa familiaridade tornava-se, até, sensível nos modos de produzir, trocar - e habitar. Quando surpresas vinham a surgir, constituíam-se como objectos de consideração em vez de desprezo.

Conviria reforçar, neste passo, que o país que "forçou as muralhas do Oriente", para usar as palavras de J. L. Borges, tinha aquele em maior apreço do que as "modas" de Itália. De facto, com um potentado oriental se pretendia assemelhar o Rei de Portugal em seu viver europeu, e a Roma de Leão X e de Rafael enviava uma embaixada sumptuosa, a um tempo tardo medieval e exótica, sem complexos e sem pedidos de esclarecimento por um mais elevado saber.

Esta a situação original, que marcaria duravelmente o futuro.

Claro que tal situação viria a alterar-se após alguns decénios. As ideologias mudaram, por razões várias, na metrópole lusitana. A formação e o gosto das "élites", também. O aumento do esforço missionário, acarretando a drenagem de um pessoal cosmopolita afecto já a novos valores programáticos, a títulos vários e coniventes, introduziu normas e violências.

A situação original, referida atrás, permaneceria, todavia, dominante, conforme se disse, até que as "luzes" do séc. XVIII e a dinâmica do séc. XIX lhe trouxessem alterações de vulto.

De toda a maneira, duas coisas importaria notar. A relação muito livre e fecunda entre as fórmulas de importação europeia e as expressões locais, bem como um anacronismo nas primeiras, aquando da sua transcrição formalizada.

O que as justificaria? A limitação de recursos técnicos e a lonjura, obrigando, num caso, a recorrer a artifices locais e levando, no outro, a que informações ou novidades chegassem com grande atraso?

Não existiria, antes, a possibilidade de se desejar manter, ou estabilizar, nem que fosse por retardamento, situações sociais, políticas, económicas,

culturais - imobilizadas há muito e sobre as quais sempre agiam com dór as movimentações excêntricas - europeias?

3. Às questões deixadas em aberto, tentaremos responder, propondo uma meditação analítica sobre o espaço territorial de Macau.

Consultemos e observemos os documentos que melhor permitem suscitá-la e conduzi-la.

O que parecem dizer-nos os mapas de que dispomos, e consideraremos em sucessão cronológica?

Em primeiro lugar, que não houve a "fundação" de uma cidade, no sentido latino ou neo-clássico, neo-renascimental do conceito, factualmente traduzido.

Macau constitui uma espécie de prisão aborta para piratas de um género especial: os portugueses, segundo o Celeste Império.

Situado na complexidade do delta do Rio das Pérolas, ela acha-se, conforme se quizer, ou na rota de tráficos lucrativos, ou no emaranhado de ilhas e canais que lhe dão acesso e, em qualquer momento, permitem controlá-la, diminuí-la ou estrangulá-la.

Tal foi o pensamento em Pequim.

As realidades fizeram com que o tráfico primásse tudo e se fizesse uma rede de interesses na zona de Cantão, à revelia do poder central e teórico, durando hoje ainda.

Os portugueses estabelecem-se, pois, de forma precária, sem desenho, nem representação. Dois factos principiam a dar configuração ao que viria a tornar-se uma cidade. A presença dos missionários, de modo geral, e o favor dos Jesuítas na Córte Imperial Chinesa.

A Igreja começa a marcar presença, com durabilidade, edificando as almas e os templos. À volta de estes, entre estes, por causa de estes, esboça-se um traçado urbano, transpira uma inspiração de arquitectura.

O segundo facto relaciona-se com os eventos políticos e militares.

A chegada ao Extremo-Oriente dos rivais de Portugal - Holandeses e Ingleses - conduz a uma situação de guerra efectiva e prolongada.



Ameaçados, os portugueses de Macau obtêm autorização para construir fortalezas, o que lhes fôra negado, de início, pela China.

O território fica balizado. As muralhas que se erguem, a seguir, acabam por o delimitar. A cidade poderia, agora, existir. A cidade deveria existir. Eis o seu certificado de nascimento. Não se creia, porém, que a partir de este período o assunto entra na normalidade, ou suposta como tal.

Macau continua a crescer, por paradoxal que pareça, segundo uma sucessão de descontinuidades historiáveis. Após o fim dos conflitos evocados com certos poderes rivais da Europa, a cidade estabiliza-se, e perfaz-se, no interior do seu perímetro muralhado.

Observêmo-la. Trata-se de um aglomerado urbano, povoado, em grande maioria, por portugueses e mestiços vários, cristãos, e, enfim, alguns chineses convertidos.

Os demais chineses que vêm a Macau comerciar, devem abandonar a área protegida pelos muros ao pôr-do-sol, anunciado pelo toque de um sino.

Vive-se assim durante mais de cem anos.

O século XIX traz modificações, e das maiores, conforme veremos.

A segurança considerável trazida pelo fim das rivalidades entre europeus levava a uma "viragem" progressiva da urbe, do chamado porto interior para o porto exterior.

Tal facto acarreta um reordenamento tendencial, ao passo que responde à emergência, tendencial também, de novas forças sociais em busca de afirmação. O poderio eclesiástico, por seu lado, entra em declínio. Acontece a extinção da Sociedade de Jesus, no séc. XVIII, o fim das ordens religiosas com o advento do regime liberal, nos anos trinta do séc. XIX, o enfraquecimento do poder central na China e a decrepitude da administração portuguesa. Tudo isto conduz à afirmação voluntarista de forças locais que investem instituições de pretensão, essa, erudita e classicista, como o "Leal Senado" e assumem, com protagonismo, um poder, **indeterminável** na origem, e ofertado, na altura, por uma **supreendente** ausência de tutela soberana.

4. A metrópole iria, a breve trecho, recordar-se dos seus pertences.

Mas que procedimento adoptar com aquela longínqua e vaga possessão?

Uma vez mais, os acontecimentos, externos e imprevisíveis, ditarão a sorte.

A Europa, um tanto unida no seu expansionismo, busca penetrar a China, e o Oriente em geral.

Surge a guerra do ópio e, na sequência de esta, tratados, conflitos e mais tratados que deixam a China à mercê dos Ocidentais, provocando dois factos de notáveis consequências para Macau: a fundação da Colónia de Hong-Kong pelos britânicos, e a instituição das "concessões internacionais" em cidades portuárias chinesas.

Nas "altas instâncias" do débil Estado Português de então, a escolha faz-se. Macau não poderá continuar como arcaica feitoria ou impossível cidade livre, auto-governada quase. Deverá, tal qual, aliás, os demais territórios relevando da soberania portuguesa, teórica ou não, tornar-se numa colónia como as dos outros países europeus e organizada segundo o figurino respectivo.

5. A debilidade citada do poder oficial português levou a que as decisões tomadas demorassem a concretizar-se.

Quando tal sucedeu, os efeitos não tardaram a fazer-se sentir.

A burguesia de Macau, incapaz de conviver com a autoridade Colonial, emigrou de forma massiça para Hong-Kong e as "Concessões Internacionais", cujos quadros administrativos preencheu.

No território, procedeu-se a uma verdadeira ocupação do espaço, nomeadamente através da imposição de uma rede viária, contendo ante-projectos urbanísticos, depois de se arrasar o que restava das velhas muralhas. Mais se procedeu a aterros, projectando-se ainda novas infra-estruturas portuárias. Portugal, também estaria na China.

A sociologia de Macau altera-se, como de esperar, de forma quase radical.

Emigrantes chineses instalam-se, a título definitivo, quer em zonas do porto interior modificadas por aterros e objecto de vocações renovadas, quer em zonas abandonadas pela burguesia macaense, instalada noutras paragens. Na última circunstância, ontra em competição, se se pode dizer, com as entidades oficiais e com o mesmo passado próximo que adquirira, demolindo, muitas vezes, e a seguir, construindo edifícios de habitação ou prestígio mais consideráveis do que os administrativos, sem cura, estes, da fraqueza metropolitana.

Chega o nosso século. Os esquemas projectuais idealizados, cumprem-se. Os aterros vão-se sucedendo, as mutações de uso ou vocação, igualmente.



## CONFERÊNCIA MACAU (A.I.C.A.)

### 1. Macau: especificidades de origem.

O tipo de estabelecimento - equívocos políticos e económicos; reflexos urbanísticos e arquitectónicos.

### 2. O peso das analogias - os modelos de implantação portuguesa no Oriente. As relações de estes mesmos com as tipologias europeias.

Duas questões: articulação com as culturas locais e "décalage" com as referências centrais.

### 3. Macau: evolução estratificada, regular, ao longo do tempo - crescimento a partir de um "módulo genético" interno - ou **tempos de mutação**, criados por (ou oriundos de) circunstâncias exteriores, exógenas, segundo ciclos reconhecíveis mas **indetermináveis** e, afinal, **surpreendentes**?

### 4. De feitoria "consentida" e timoratamente ocupada, a colónia "decidida" e urbanisticamente traçada.

### 5. A abertura da China aos europeus, no séc. XIX, relegando Macau para um estatuto secundário, exporta, por assim dizer, o modelo antigo de isolamento da população vinda da Europa (ou a ela adstrita) para as "concessões internacionais", novas "cidades proibidas" do imperialismo internacional. Para Macau, resta o desenvolver-se ou melhor, o inventar-se enquanto colónia, o que obrigaria a uma abertura à população indígena, indispensável à apropriação do território. Uma urbanização "responsável" e uma arquitectura correspondente, seguem-se-lhe, tanto por via oficial, quanto por via privada - uma vez se tratar, no respeitante a esta última, de salvaguardar uma identidade e um poder em riscos de diluição, frente à nova política.

Os factores exógenos deveriam, ainda assim, sobredeterminar, com maior ou menor sobressalto, a evolução formal da urbe.

### 6. Achamo-nos, em suma, perante um caso - Macau - que desafia os esquemas analíticos correntes no tocante a situações pressupostamente análogas. Mas não sucederia que as especificidades Macaenses dissessem respeito, também, ao crescimento evolutivo de todos os organismos urbanos, cuja interpretação se acharia, não poucas vezes, obrigada a estereótipos ideais, ou ideológicos?

A cidade, mal ligada dentro de si mesma, ganha uma expressão organizada que desmente as suas origens ou propicia indícios falsos para a interpretação da história do seu crescimento.

Continua, de resto, tarde dentro do séc. XX, a prática do anacronismo arquitectónico, insinuadora de erros interpretativos.

Parece-nos lícito concluir, pois, que o nexo e a organicidade de Macau sendo **historiáveis**, não seriam **históricos** no sentido mais habitual do termo, quero dizer, constituem uma aparência, construída muito mais por via de acasos externos que de factores internos.

6. Uma derradeira interrogação se impõe, cremos, no terminus de esta inclusão discursiva. E respeita ela ao seguinte. O caso de Macau, representaria, afinal, uma excepção incomparável, irredutível a qualquer modelo genérico de interpretação? Ou seria que, da nossa análise, resultaria a dupla suspeita de a excepcionalidade se poder questionar e a regra, contestar? O que se historicou, demonstrativamente, de Macau, não se verificaria, com certo grau de analogia, em outras cidades, e dentro da historicidade que as permita "contar"?

Qual a nossa ciência da Cidade?

E qual a nossa ideia da Cidade?

Não estaríamos a confundir as duas?

Deixó o tema - vasto - e a temática sub-jacente - ainda mais vasta - à vossa atenta disponibilidade intelectual.